

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 606.390 - SP (2014/0266406-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : APRI ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DO RECREIO INTERNACIONAL
AGRAVANTE : ABAURI ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS UNIDOS AO RECREIO INTERNACIONAL
ADVOGADO : PEDRO LUIZ PIRES E OUTRO(S) - SP117604
AGRAVADO : SOCIEDADE AMIGA DO RECREIO INTERNACIONAL-SARI-
ADVOGADO : MATEUS LUIZ SARTORE E OUTRO(S) - SP037489
AGRAVADO : MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
ADVOGADO : MARCELO HENRIQUE DA SILVA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP121827

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **APRI – ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DO RECREIO INTERNACIONAL E ABAURI – ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS UNIDOS AO RECREIO INTERNACIONAL**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 818):

Ação civil pública. Loteamento fechado. Restrições de acesso, a não ser a pessoas previamente identificadas e qualificadas. Imposição do dever de associação. Ausência de transporte coletivo. Pretensão de cessação do fechamento, impedindo-se restrição de acesso ao bairro e a dever de associação, determinado, ainda, o acesso de ônibus para embarque e desembarque de passageiros no bairro.

Ação civil pública. Improcedência por reconhecimento de coisa julgada. Anteriores ações ditas definidoras da natureza do empreendimento. Fenômeno processual inócrrrente. Improcedência que se decreta, no entanto, por motivos outros.

Litigância de má-fé. Reconhecimento descabido. Inocorrência de circunstância autorizante de imposição de pena, a resultar no descabimento da condenação do autor, o Ministério Público, em verba honorária e despesas processuais. Recurso desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 962/965).

Nas razões do apelo especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 5º, **caput**, X, XVI, XVII, da CF/88; 100 do CC; 17 e 22 da Lei 6.766/79; 3º do Decreto-Lei 58/37; 22 do CDC; 4º do ECA; 2º da Lei 7.853/89; 3º do Estatuto do Idoso; 469 e 472 do CPC/73; e 180 da Constituição Estadual Paulista.

Sustenta, em síntese, que é ilegal a transformação de loteamento em condomínio privado, pois tal medida implica restrição de acesso da população às vias públicas, o que, a seu ver, "... *agride a dignidade do cidadão, podendo, inclusive, colocar em risco sua saúde e sua segurança...*" (fl. 1.371).

Parecer Ministerial às fls. 2.167/2.171.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso não prospera.

Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 5º, e incisos, da Constituição Federal.

No mais, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre os dispositivos tidos por violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 535 do CPC/73, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ ("*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.*").

Por fim, quanto à alegação de afronta ao art. 180 da Constituição Estadual Paulista, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*").

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

